

## Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2017

### Poder de Compra superior à média nacional em 32 dos 308 municípios

Em 2017 o poder de compra *per capita* manifestado nos municípios em Portugal era superior à média nacional em 32 dos 308 municípios portugueses. Trata-se de municípios maioritariamente localizados nas duas áreas metropolitanas de Lisboa (8 em 18 municípios) e do Porto (6 em 17) ou coincidentes com capitais de distrito.

O indicador Percentagem de Poder de Compra (PPC) revela que 22 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional. No conjunto, as duas áreas metropolitanas concentravam mais de metade (52%) do poder de compra, apesar de reunirem 44% da população do país.

O INE apresenta a 13ª edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio relativo a 2017 (EPCC 2017) que tem como objetivo prestar informação ao nível do município que traduza o poder de compra manifestado nestes espaços geográficos.

Nesta edição, foram consideradas 16 variáveis relativizadas pela população residente, que a partir de um modelo de análise fatorial em componentes principais, permitem gerar três indicadores de síntese — Indicador per Capita, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo. Estes indicadores são apurados ao nível municipal, sendo agregados para NUTS I, II e III, bem como para o país, pela ponderação dos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados. A presente edição do EPCC utiliza a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013) estabelecida pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014.



A publicação é acompanhada por uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas, bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador. Para aceder à publicação e à aplicação [clique aqui](#).

## Indicador per Capita do Poder de Compra

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A leitura dos resultados do IpC para 2017 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,7 para o Continente e era, respetivamente, de 87,3 e 86,5 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A Área Metropolitana de Lisboa (124,1) constituía a única região NUTS II com um valor superior à média nacional. Para o Algarve, o valor (99,1) situava-se próximo da média nacional. As três restantes regiões NUTS II do Continente — Norte, Centro e Alentejo — registavam índices de poder de compra *per capita* relativamente próximos: 92,1 para o Norte; 90,1 para o Alentejo; e 88,3 para o Centro.

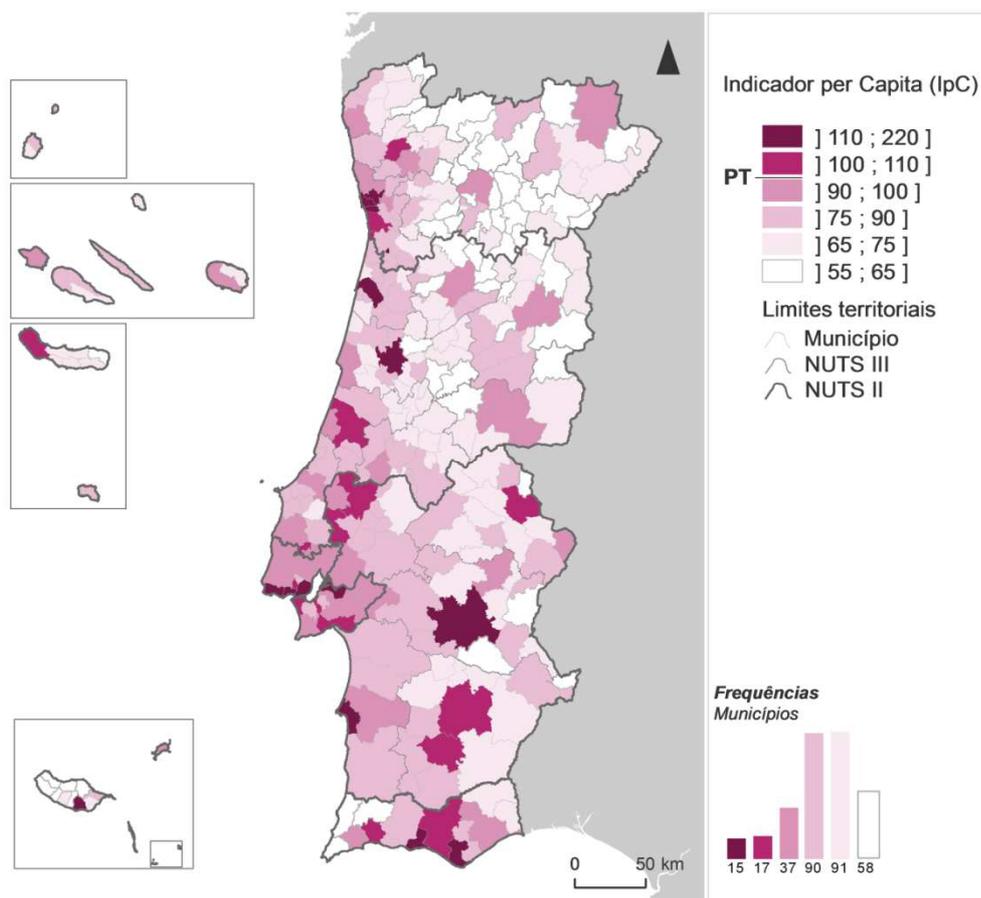
Em 2017, em 32 dos 308 municípios portugueses o poder de compra *per capita* situava-se acima da média nacional, destacando-se os territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto [Figura 1]. O município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (219,6), mais que o dobro do índice nacional, e, nas 15 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda três municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Oeiras (156,5), Cascais (122,1) e Alcochete (118,8). Do total dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, 10 apresentavam um poder de compra abaixo da média nacional, destacando-se a Moita (82,0), Odivelas (89,3) e Seixal (89,7), com menos de 90% da média nacional.

A Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de IpC (104,4) acima da média nacional. Entre os seis municípios que superavam a média nacional, quatro superavam também a média metropolitana – Porto (157,8), São João da Madeira (135,4), Matosinhos (123,0) e Maia (110,7) –, enquanto Espinho registava um índice de poder de compra de 103,0 e Vila Nova de Gaia um índice de 100,1. Entre os 11 municípios da Área Metropolitana do Porto (num total de 17 municípios) com um poder de compra *per capita* abaixo da média nacional, evidenciavam-se, com valores mais baixos, Arouca (70,8) e Paredes (79,8).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam um poder de compra *per capita* superior à média nacional, com relevância para Faro (132,5), Coimbra (128,7), Aveiro (123,1) e Évora (117,3), com valores de IpC superiores a 110. Com resultados acima deste limiar, evidenciavam-se, ainda, os municípios de Sines (128,7), no Alentejo Litoral, do Funchal (114,3), na Região Autónoma da Madeira, e de Albufeira (112,0), no Algarve. Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado.

No conjunto do território nacional, 149 municípios (48% do total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra *per capita* manifestado, cinco pertenciam ao Interior da região Norte (distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes), quatro à Região Autónoma da Madeira e um à região Centro.

**Figura 1. Indicador per Capita do poder de compra por município, 2017**



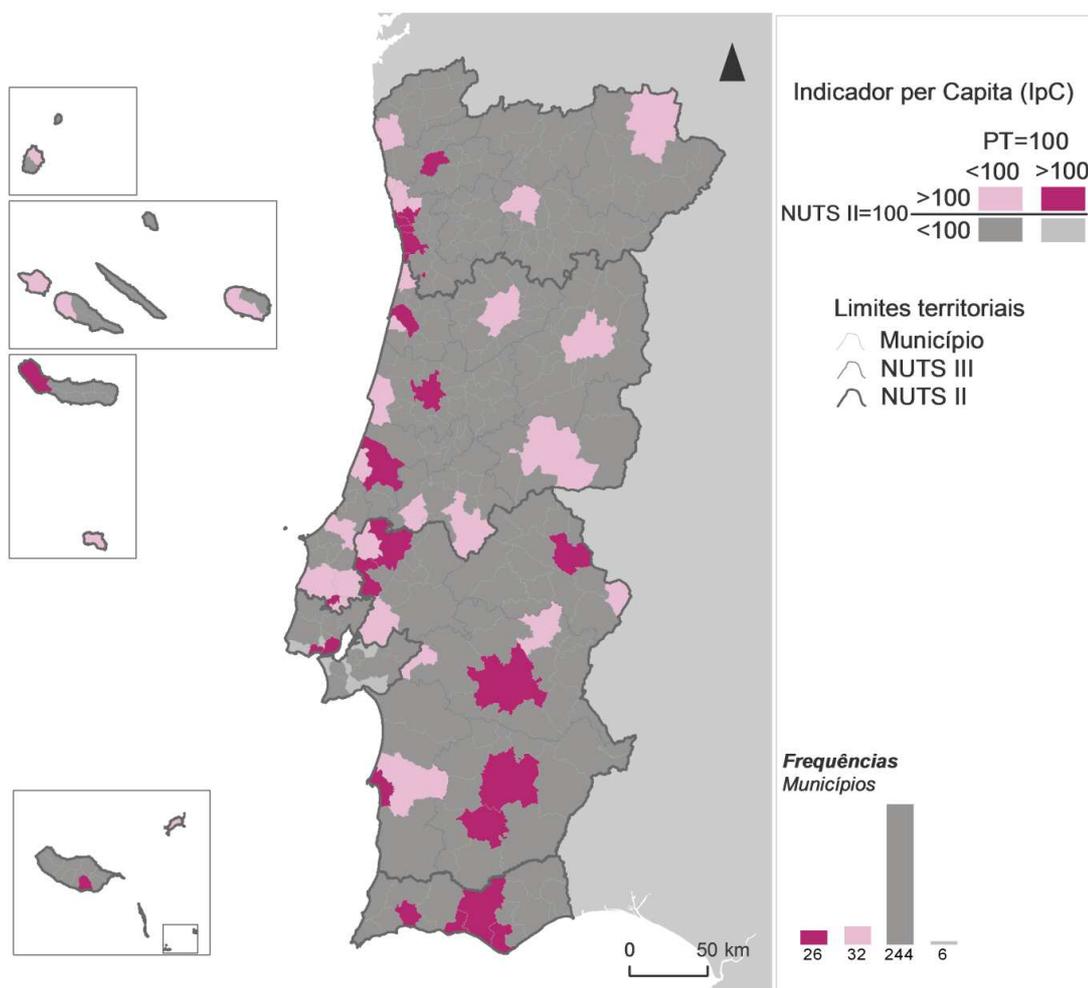
A análise do IpC por município tendo por referência, em simultâneo, os contextos nacional e regional possibilita avaliar o grau de coesão intrarregional e identificar os municípios que se destacam nesses contextos [Figura 2].

Nesta perspetiva, os 308 municípios nacionais distribuíam-se da seguinte forma em 2017:

- 26 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional – sobretudo municípios das duas áreas metropolitanas (Lisboa, Porto, Oeiras, São João da Madeira, Matosinhos, Maia, Espinho e Vila Nova de Gaia) ou cidades de média dimensão, destacando-se as coincidentes com capitais de distrito (Faro, Coimbra, Aveiro, Évora, Braga, Beja, Portalegre, Leiria e Santarém), o Funchal, na Região Autónoma da Madeira, e Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores;
- em 32 municípios, o poder de compra *per capita* manifestado em 2017 ficava aquém da média nacional mas acima da média regional – maioritariamente municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro

- (14 municípios de um total de 100), mas também das regiões Alentejo e Norte (6 em 58 e 6 em 86, respectivamente), da Região Autónoma dos Açores (5 em 19) e da Região Autónoma da Madeira (1 em 11);
- cerca de 80% dos municípios do país (244 em 308) tinham um poder de compra *per capita*, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional (NUTS II) – esta proporção variava entre 56%, na Área Metropolitana de Lisboa, e 85%, na região Norte;
  - por último, identifica-se a situação específica de seis municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que apresentavam um poder de compra *per capita* acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (124,1): Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais e Setúbal.

**Figura 2. Indicador per Capita por município no contexto das respetivas regiões NUTS II, 2017**



## Percentagem de Poder de Compra

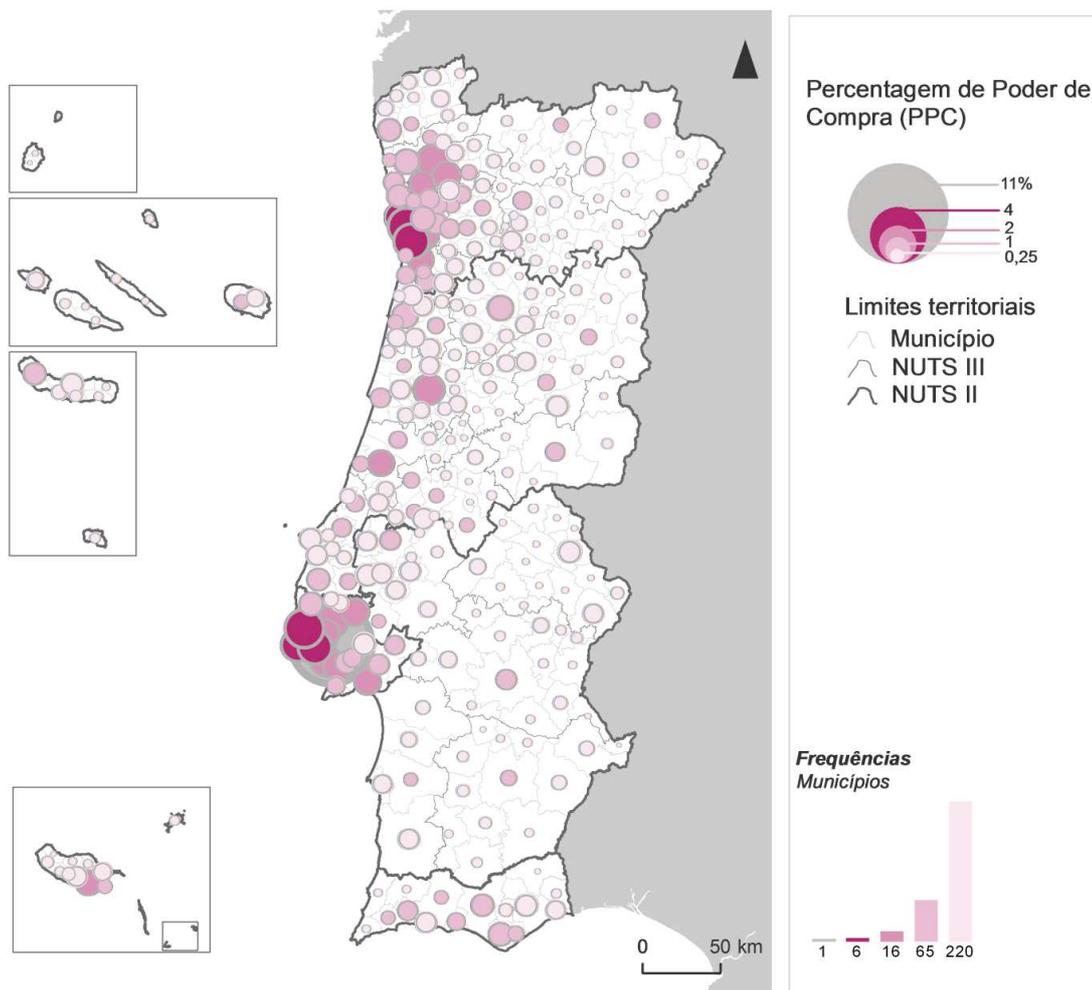
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do Indicador per Capita (IpC) para avaliar o grau de concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

Neste contexto, as regiões NUTS III Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto concentravam mais de metade (52%) do poder de compra manifestado regularmente no país, a primeira com 34,2% e a segunda com 17,5%. Contudo, os dois territórios metropolitanos reuniam, em 2017, 44% da população do país (27,5% na Área Metropolitana de Lisboa e 16,7% na Área Metropolitana do Porto). Por outro lado, as sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se maioritariamente no Interior das regiões Norte e Centro: por ordem crescente, Alto Tâmega, Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes. Para além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuía, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Ao nível municipal, Lisboa destacava-se no contexto nacional ao representar 11% do poder de compra total. Em 2017, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Este conjunto correspondia a municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Odivelas, Vila Franca de Xira e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra e Leiria). Os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira), de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) também integravam este conjunto [Figura 3].

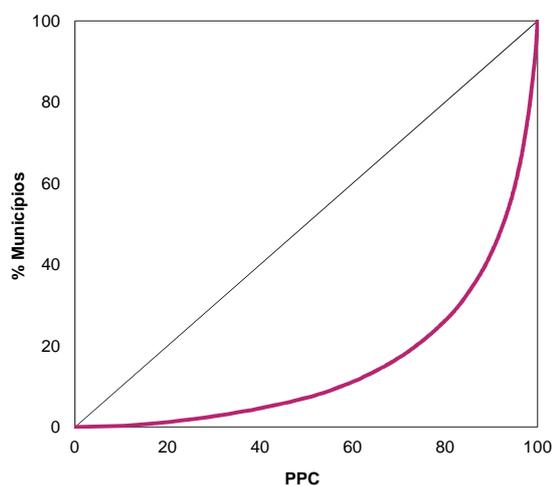
Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores), Barrancos (Baixo Alentejo), e Porto Moniz (Região Autónoma da Madeira), detendo individualmente menos de 0,015% do poder de compra nacional.

**Figura 3. Percentagem de Poder de Compra por município, 2017**



**Figura 4. Concentração da Percentagem de Poder de Compra nos municípios, 2017**

A análise da concentração do poder de compra nos 308 municípios portugueses [Figura 4] permite constatar que, em 2017, cerca de 7% (22) e 21% (64) dos municípios concentravam, respetivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional. Estes resultados sugerem que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

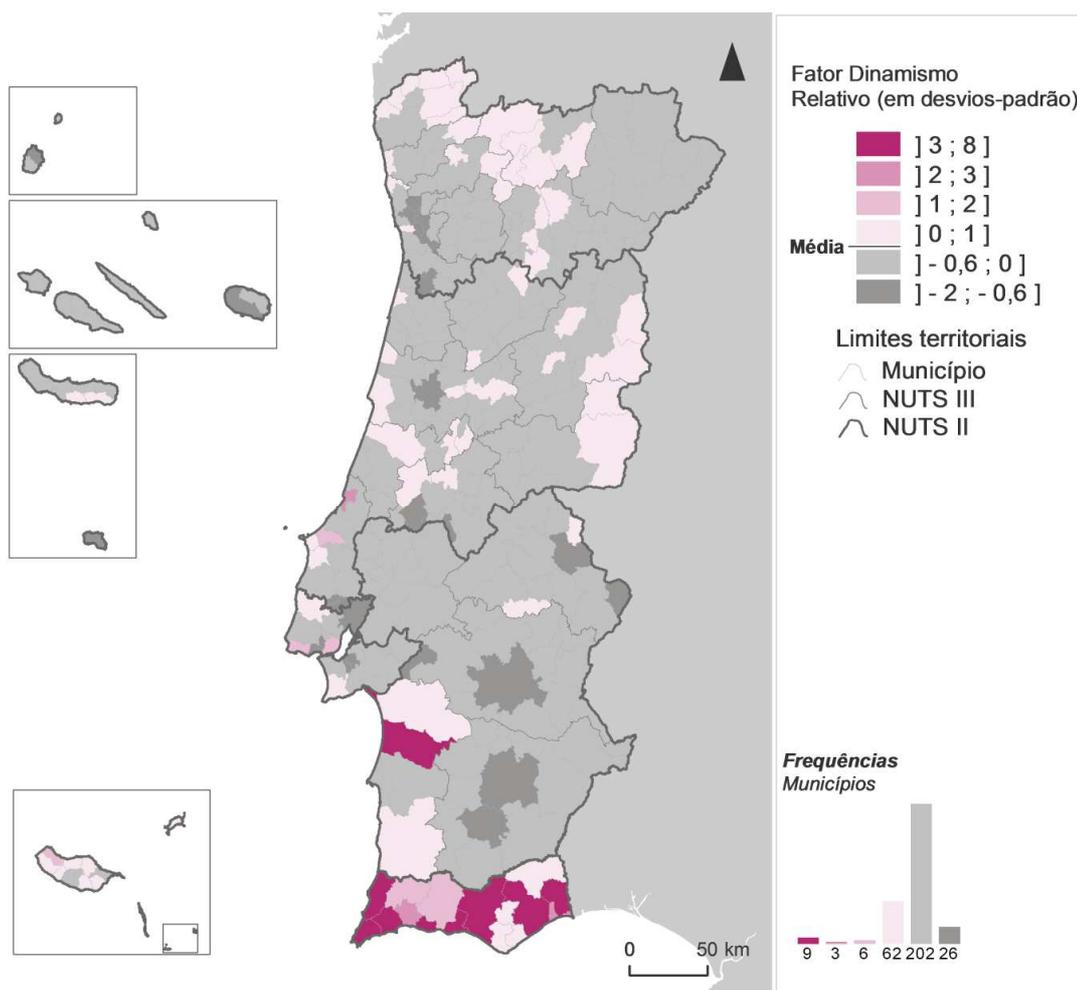


## Fator Dinamismo Relativo

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística, traduzindo a dinâmica que persiste na informação de base para além da refletida no primeiro fator extraído da análise fatorial – o poder de compra *per capita* manifestado nos territórios.

Nesta perspetiva, salienta-se a região Algarve no contexto deste indicador [Figura 5]. De facto, em 2017, dos 18 municípios com um FDR superior a 1 desvio-padrão da distribuição, 12 situavam-se naquela região: Vila do Bispo, Albufeira, Lagos, Loulé, Lagoa, Aljezur, Tavira, Castro Marim, Portimão, Vila Real de Santo António, Silves e Monchique. De entre estes municípios, Vila do Bispo e Albufeira destacavam-se por apresentarem um FDR superior a 7 desvios-padrão. Os municípios de Grândola (3,310), no Alentejo Litoral, da Nazaré (2,040) e de Óbidos (1,752), ambos na sub-região Oeste, Porto Moniz (1,486), na Região Autónoma da Madeira, e de Lisboa (1,287) e Cascais (1,109), na Área Metropolitana de Lisboa, completavam o conjunto dos 18 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2017.

**Figura 5. Fator Dinamismo Relativo por município, 2017**



Com valores no FDR situados entre 0,5 e 1, encontrava-se um conjunto adicional de 10 municípios — São Brás de Alportel e Olhão (Algarve), Porto Santo e Calheta (Região Autónoma da Madeira), Caminha, Ponte da Barca e Melgaço (Alto Minho), Peniche (Oeste), Povoação (Região Autónoma dos Açores) e Odemira (Alentejo Litoral).

No outro extremo, com resultados menos significativos no FDR em 2017, encontravam-se alguns grandes centros urbanos, incluindo municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Oeiras e Vila Franca de Xira) e do Porto (São João da Madeira e Valongo), capitais de distrito do Interior continental (Beja e Portalegre), mas também outros municípios do Alentejo (Campo Maior, Castro Verde e Vendas Novas), do Médio Tejo (Entroncamento), do Oeste (Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos) e da Região Autónoma dos Açores (Angra do Heroísmo). Este conjunto de 13 municípios apresentava valores de FDR iguais ou inferiores a -0,7.

Importa sublinhar, igualmente, a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2017. Nesta perspetiva, merecem destaque os municípios do Algarve, sobretudo Albufeira, Loulé e Portimão, mas também Lisboa, Cascais e Funchal. Estes seis municípios estão nos primeiros 10% da distribuição do IpC e do FDR, simultaneamente.

## Nota técnica

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) é um estudo estatístico, de periodicidade bienal e cujo âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o município, a recolha dos dados é indireta e as variáveis que integram o EPCC provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional.

Com base num conjunto de 16 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2017, relativizadas pela população residente estimada pelo INE para 31 de dezembro de 2017 (série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011 que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011), estandardizadas (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- o **Indicador per Capita (IpC)** do poder de compra, que decorre do fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial que explica, após rotação, 46,3% da variância total das variáveis de base. Nesta edição, recorreu-se ao coeficiente de variação do *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* para a construção final deste indicador, que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100);
- a **Percentagem de Poder de Compra (PPC)**, que é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial – o IpC – e reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional;
- o **Fator Dinamismo Relativo (FDR)**, que corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 26,1% da variância total das variáveis de base. O objetivo da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, neste sentido, sublinhar que um valor baixo de FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado. O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal.

As opções metodológicas subjacentes à conceção e operacionalização do EPCC encontram-se descritas no documento metodológico *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, código 335 / versão 1.5, INE (disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), na opção Metainformação, Sistema de Metainformação, Documentação metodológica). A necessidade de revisão deste documento metodológico face à versão 1.4 resulta de alterações ocorridas ao nível da informação de base e da alteração dos coeficientes, determinados endogenamente pelo modelo, que permitem definir os fatores como combinações lineares das variáveis de base. Os dados divulgados no âmbito do EPCC estão disponíveis em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados.